

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Outubro Rosa pela vida das mulheres

Oprédio do Congresso Nacional vai se vestir de rosa na noite desta terça-feira, 2 de outubro. A cor registra a abertura oficial da Campanha contra o câncer de mama, que envolve órgãos públicos, meios de comunicação e entidades da sociedade civil para ações de saúde e prevenção à doença.

Às 17h, no Salão Negro, além de cor, a cerimônia de abertura terá coreografia e muito coração, com apresentações artísticas da dançarina negra Joceline Gomes e do Balé Etude Seasons – Infantil.

Durante todo o mês a comunidade do DF está convidada a doar lenços em postos de coleta instalados em diversos pontos da cidade. A iniciativa é parceria com o Grupo Mulheres do Brasil e a Liga do Bem para a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Hospital de Base.

A novidade é que o mês de mobilização pode virar lei. Após receber parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com relatório senadora Marta Suplicy (sem partido), o Projeto de Lei da Câmara 32/18 oficializa a campanha no Brasil e está pronto para ser votado em Plenário.

Nascido como PL 3010/15, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) e do deputado dr. Jorge Silva (Solidariedade-ES), o projeto indica que serão realizadas anualmente, durante o mês de outubro, atividades para a conscientização sobre o câncer de mama. A medida reconhece o sucesso da campanha onde já é realizada, respalda seu fortalecimento e a promove onde ainda não acontece.

Incidência

De acordo com Nota Técnica do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres em todo o mundo, com mais incidência na Europa Ocidental (96/100 mil) e menos na Ásia Oriental (27/100 mil). Para 2017, eram esperados 57.960 novos casos de câncer de mama, com risco estimado de 56,20 casos a cada 100 mil mulheres no Brasil.

A orientação do Ministério da Saúde tem sido divulgar a importância de a mulher conhecer o seu corpo e se familiarizar com as suas mamas para a detecção precoce. Também é prioritário informar as mulheres sobre comportamentos protetores que reduzem o risco de desenvolver a doença, assim como o rastreamento mamográfico, seus benefícios e riscos.

Iniciativas

No Poder Legislativo, a campanha Outubro Rosa tem promovido o diálogo de parlamentares com representantes da sociedade civil e do Estado em torno de iniciativas que contribuam para mitigar as consequências da doença.

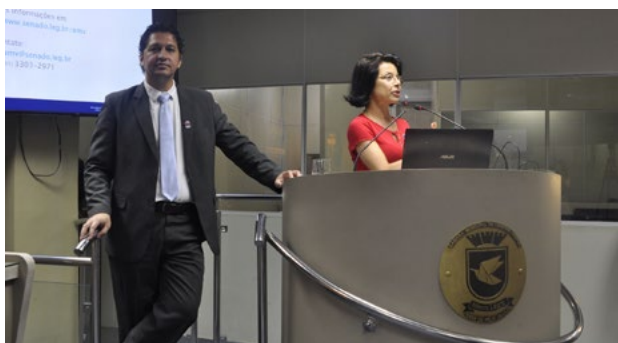
No dia 26 de junho de 2018, foi sancionada a Lei 13.658, que obriga a notificação de casos de câncer e ainda de malformação congênita. Originado do projeto 8470/17, da deputada Carmen Zanotto, o texto altera a Lei 12.732/12, que prevê o prazo máximo de

60 dias para o Sistema Único de Saúde (SUS) dar início ao tratamento de pacientes diagnosticados com câncer. O objetivo da notificação compulsória é facultar a identificação dos pontos mais críticos para o tratamento dos diversos tipos de cânceres, para cumprir a “Lei dos 60 dias”.

Joana Jeker dos Anjos, dirigente da Recomeçar – associação de mulheres mastectomizadas de Brasília, e protagonista de muitas ações de mobilização social e política pela aprovação de projetos, chama a atenção dos parlamentares para a necessidade de aprovação da “Lei dos 30 dias”, como é conhecido o PL 3752/12, do deputado Ronaldo Fonseca (PODE-DF), que procura acelerar a realização dos exames logo após sua indicação. O projeto está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, com relatoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP).



Senado Mulheres atrai público em Campina Grande



No dia 31 de agosto, a Câmara Municipal de Campina Grande-PB recebeu a sétima edição da Oficina Interlegis Senado Mulheres nas Casas Legislativas para discutir questões relacionadas à promoção da saúde, à ascensão profissional e às políticas públicas voltadas a assegurar às mulheres uma vida sem violência.

A oficina *Desafios para Ascensão Profissional de Mulheres*, mediada pelas especialistas Ramila Moura, jornalista da ProMul, e Maria Terezinha Nunes, gestora do programa Pró-equidade Gênero e Raça do Senado, contou com a presença de cerca de 40 participantes para compartilhar saberes e experiências e debater os entraves que se interpõem na vida profissional das mulheres.

O coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado (OMV), Henrique Marques, apresentou a palestra *Observatório da Mulher contra a Violência – Análise de Dados para o Aprimoramento das Políticas Públicas*. Ele apresentou estatísticas apuradas pelo OMV em 2016 e mostrou resultados dos estudos realizados desde

então. O público colaborou com informações sobre a realidade atualizada sobre violência na Paraíba e discutiu os desafios para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A oficina *Saúde da Mulher, autonomia no corpo e na vida*, com a fisioterapeuta, Rita Polli Rebelo, foi prestigiada por 39 mulheres e discutiu a saúde de acordo com orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

O público das oficinas foi em sua maioria de vereadoras e servidoras da Câmara Municipal, que provocou o debate sobre a baixa presença política de mulheres no Legislativo. No município, entre 23 eleitos nas eleições de 2016, apenas a atual presidente da Casa, Ivonete Ludgero (PSD), é mulher.

A Oficina foi proposta pelo do gabinete do senador Cássio Cunha Lima (PSDB), com apoio do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAP) e da União Brasileira de Mulheres (UBM).

Saiba mais em:
<https://bit.ly/2R8CHnj>

Paula Bento/ProMul

Roteiro constituinte feminino

O Serviço de Visita Institucional do Senado lançará uma visita temática especial para recontar a história do Brasil pela ótica feminina. A primeira edição será realizada após as eleições.

O roteiro Mulheres no Parlamento foi elaborado por Isabela Carolina Lopes de Alvarenga Santos e Gabriela Coutinho Sales, estagiárias do curso de História da Universidade de Brasília (UnB).

Os lugares visitados serão: Plenarinho, Paineis da Princesa Isabel, Praça das Bandeiras, Painel das Mulheres na Câmara dos Deputados, Salão Verde, Plenários do Senado e da Câmara e Procuradoria Especial da Mulher.

“No percurso abordaremos a participação das mulheres em vários cenários, principalmente na política”, explica Janaína Araújo, chefe do Serviço de Visita Institucional do Senado.

Segundo Janaína, “ainda que tenham tido seus direitos aliados por muito tempo, as mulheres desempenharam papéis fundamentais para mudar essa realidade desfavorável e ocupar cadeiras no Congresso Nacional”.

Saiba mais:
<https://www2.congressonacional.leg.br/visite/visitas-tematicas-pt>

Violência gera prejuízo bilionário

Dia 5 de setembro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoveu audiência pública para discutir os reflexos da crise da segurança pública sobre as contas do país e chegou a números alarmantes sobre os custos da violência dirigida às mulheres.

O economista José Raimundo Carvalho, da Universidade Federal do Ceará, disse que a violência contra a mulher gera um prejuízo de pelo menos R\$ 975 milhões por ano. Os dados levam em conta apenas o prejuízo provocado pelo chamado absentismo — as faltas ao trabalho por mulheres vítimas de violência —, sem considerar o impacto negativo na capacidade produtiva de suas vítimas no mercado de trabalho. A base para análise foi a Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher).

De acordo com o estudo, 12,5% das mulheres empregadas nas capitais nordestinas sofreram algum tipo de violência doméstica nos últimos 12 meses. Do total de vítimas, 25% disseram ter perdido ao menos um dia de trabalho por conta das agressões.

(Com informações da Agência Senado)

Mais senadoras, mais direitos

No dia 13 de setembro, as cientistas políticas Noëlle Silva e Jaqueline Borges, da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentaram dados da pesquisa A agenda legislativa das senadoras brasileiras: avanços em retrocessos. O trabalho é feito em conjunto com Viviane Freitas e Paulo Araújo para verificar se o aumento de participação das mulheres no Senado brasileiro apresentou algum impacto em termos de políticas públicas para as mulheres.

Segundo o levantamento, as 21 senadoras que atuaram no período de 2003 a 2014 apresentaram 843 Projetos de Lei Ordinária (PL), 60 Projetos de Lei Complementar (PLC) e 107 Propostas de Emenda à Constituição (PEC). Para as pesquisadoras, “houve aumento no número de propostas e ações voltadas para os direitos das mulheres, que resultou em uma agenda institucionalizada para os direitos das mulheres”. O exemplo foi a criação da Procuradoria Especial da Mulher no Senado e do Observatório da Violência contra a Mulher.

Acesse o estudo na íntegra: <https://bit.ly/2ldDqQo>

Enap sedia seminário sobre igualdade de gênero

A troca de experiências sobre a participação da mulher na gestão pública e o combate à violência de gênero foi o tema escolhido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e as embaixadas da América Latina e do Caribe (Grulac) para o seminário Esforços na Região da América Latina e do Caribe para Promover a Igualdade de Gênero, dia 20 de setembro, em Brasília.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, falou sobre a experiência legislativa no combate à violência e os marcos legais conquistados pelo Brasil no tema. “Desde abril do ano passado, a Casa reserva 2% das vagas nos contratos de terceirização a mulheres vítimas de violência doméstica, programa que vem sendo seguido por outros órgãos públicos”, disse.

Além do combate à violência, os palestrantes abordaram a baixa representatividade de mulheres no Parlamento e contaram as experiências de políticas afirmativas em seus países.

O Embaixador da Suécia no Brasil, Per-Arne Hjelmhorn, participou da mesa de abertura e destacou como “a igualdade de gênero contribui para o avanço econômico e na política de paz”.

De acordo com a ONU Mulheres, a Suécia é o sexto colocado no mapa da representação política das mulheres no mundo.

Saiba mais: <https://bit.ly/2R8jAdl>



Endometriose: diagnóstico e tratamento

A 59ª edição da Pauta Feminina reuniu especialistas no dia 27 de setembro para discutir diagnóstico, tratamento e intervenções que impactam a vida de cerca de sete milhões de brasileiras em idade reprodutiva.

A doença se caracteriza pela presença de células do endométrio – camada que reveste o útero – em outros órgãos do corpo, como ovários e intestino.

Emília Fernandes, ex-senadora e presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, mediou o debate e destacou a importância do tema: “é necessário esse diálogo entre o Congresso e a sociedade civil para que a discussão entre na pauta política”.

Jornalista de formação, Caroline Salazar descobriu a doença que provoca dores severas aos 31anos e o diagnóstico tardio a expos a situações de preconceito e até mesmo ao desemprego. Em 2010 ela idealizou o blog *A Endometriose e Eu*, para retratar de forma simples e direta a vivência com a doença, reunir opiniões de médicos e cientistas renomados e mostrar a luta de milhares de mulheres por políticas públicas efetivas.

Eduardo Ribeiro do Valle, médico especialista, deu destaque à origem da doença e seus sintomas: “A endometriose pode estar presente no organismo da mulher

desde a vida embrionária”, pontuou.

“A infertilidade é uma das principais consequências, pois o processo inflamatório pode comprometer a função dos órgãos e tecidos envolvidos”, afirmou a Dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida.

A imprecisão do diagnóstico foi apontada como fator decisivo para o sofrimento, a insegurança e a falta de orientação. Paula Lemos, de 29 anos, relatou ter consultado médicos no serviço privado de saúde e foi submetida a uma histerectomia há dois anos, procedimento considerado por ela precipitado. “Sofri preconceitos entre eles assédio moral no trabalho na faculdade. A mulher fica sujeita a tantas mazelas e sabemos que tudo isso poderia ser evitado se a conduta médica fosse diferente”.

Ela apoia o projeto de lei nº 5559/16, em análise na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, pelo direito à informação ao paciente antes de serem adotadas condutas médico-cirúrgicas.

Responsável nacional pela Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, a ginecologista Mônica Neri garantiu que o órgão está determinado a fazer uma força tarefa para que as mulheres possam vir a ser consideradas do ponto de vista dos ciclos de vida.

Francisca Valda, do Conselho Nacional de Saúde, garantiu que o CNS é parceiro. “É importante que o tema seja tratado como prioridade na agenda dos gestores com o apoio de organizações da sociedade civil”, alertou.

Assista: <https://bit.ly/2MqBvbl>



Gestores públicos, profissionais de saúde, pacientes e entidades mobilizados pedem políticas públicas



Rafael Nunes

Entre os anos 1980 e 1990, a laqueadura foi a principal ferramenta de controle de fertilidade no Brasil. Houve crescimento no percentual de mulheres laqueadas no período, principalmente em populações de mulheres pobres e indígenas.

A Lei nº 9.263, de 1996 – Lei do Planejamento Familiar –, gerou declínio da laqueadura em razão da contextualização de métodos e técnicas de concepção e

contracepção no âmbito do SUS.

Curiosamente, a Lei tinha o sentido de democratizar o acesso a técnicas e métodos contraceptivos, inseridos no SUS como procedimentos cobertos pelo sistema.

No entanto, ao instituir restrições ao perfil de mulher atendida – maiores de 25 anos ou com dois filhos vivos –, ao estabelecer procedimentos complexos como pré-requisitos; e ao introduzir a necessidade de consentimento do cônjuge; a Lei travou a

Se a opção da laqueadura não se verifica no SUS, fica caracterizado desrespeito à cidadania.

expansão das laqueaduras.

Hoje em dia, há muitos casos de reclamação de mulheres – muitas vezes de pobreza extrema – que desejam realizar laqueadura no âmbito do SUS, mas se deparam com uma enorme burocracia envolvida no procedimento.

Tal situação caracteriza descaso com um dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição: os direitos sexuais e reprodutivos, objeto de regulamentação na Lei 9.263, que determina que o planejamento familiar seja de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos para o exercício desse direito.

Logo, se a opção da laqueadura não se verifica no SUS, fica caracterizado desrespeito à cidadania. Nessa linha, considero oportuna a iniciativa do PLS nº 107, de 2018, que altera a Lei 9.263 para facilitar acesso a laqueadura e vasectomia, retirando a proibição de associação entre cesariana e esterilização, e excluindo a necessidade de consentimento do cônjuge.

Pretendo me esforçar para aprovar o PLS 107, introduzindo aperfeiçoamentos a matéria importante para desburocratizar procedimentos de contracepção no âmbito do SUS.

*Senadora Ione Guimarães (PTB/GO)
Médica cardiologista*

Artigo

O voluntariado no combate à violência contra as mulheres

Até agora, final do mês de setembro, quando escrevo essa coluna, somente no Distrito Federal, 22 mulheres foram vítimas de feminicídio neste ano de 2018. Segundo dados oficiais, desde que a lei que tipificou o crime de feminicídio foi implementada, em 2015, o número de crimes dessa natureza neste ano de 2018 já é o maior de todos os anos anteriores.

Sabe-se, entretanto, que o feminicídio é apenas o extremo de todas as outras formas de violência cotidiana que afetam as mulheres, especialmente dentro de um relacionamento afetivo.

Diariamente, as mulheres brasileiras sofrem no ambiente doméstico toda sorte de violência física, psicológica, moral e sexual, levando nosso País a ser reconhecido como tendo uma das maiores taxas de violência contra as mulheres e índice de feminicídio do mundo. Diante disso, ao se perceber numa sociedade violenta contra as mulheres em particular, estamos começando a nos

perguntar: o que fazer? Como podemos ajudar uma mulher a evitar ou a se livrar de um relacionamento violento? Paralelo a isso, recentemente foi lançada uma campanha de voluntariado no Senado Federal, estimulando os colaboradores da Casa a se cadastrarem e a encontrarem colegas que fazem ou queiram fazer trabalho voluntário, dispostos a doar seu tempo e conhecimento em favor da comunidade.

Não duvide da palavra da mulher que relata uma violência e rejeite piadas ou “brincadeiras” que inferiorizam a mulher.

Diante disso, o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça e o Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça, com o apoio da Procuradoria Especial da Mulher, escreveram um folder encorajando o voluntariado no combate à

violência contra as mulheres.

O folder tem várias sugestões para quem queira ser voluntário na causa, a maioria delas simples em termos de conduta, mas que podem ajudar na mudança cultural que necessitamos para que as mulheres tenham uma vida livre de violência e não morram somente por serem mulheres. Como exemplo, posso citar: não duvide da palavra da mulher que relata uma violência e rejeite piadas ou “brincadeiras” que inferiorizam a mulher.

Além disso, o folder aconselha a pessoa que presenciar uma mulher sendo vítima de violência a denunciar e conclama que todos e todas integremos a rede de apoio às mulheres em situação de violência. Informe-se e participe! Seja você também um/a voluntário/a nessa tão importante causa!

*Maria Terezinha Nunes e Roberta Viegas.
Integrantes do Comitê Permanente pela
Promoção da Igualdade de Gênero e Raça
do Senado Federal*

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Polli, Ramíla Moura, Paula Bento e Lunde Braghini

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria